

SOBRE AS POSIÇÕES FILOSÓFICAS, RELIGIOSAS E POLÍTICAS DE ALEXANDRE HERCULANO

1. O tema é muito vasto e poderá perguntar-se, atendendo ao pouco tempo de que disponho, se não seria preferível ater-me só a um dos tópicos que nele juntei. A resposta é simples. É que a Filosofia, a Religião e a Política, possuindo embora campos teóricos autônomos, quando vistas a partir das perspectivas pessoais de determinado autor, exigem a sua integração. Apenas deste modo se poderá verificar se pensamento e vida são coerentes, ou divididos por conflitos que o intérprete haverá de tentar compreender.

Assim sendo, e para que não ultrapasse os limites do meu tempo, sou forçado a uma difícil brevidade: referir apenas o que for essencial, mas evitar uma exposição esquemática que dê do autor e das suas ideias uma imagem sem vida. Perdoar-me-ão se não o conseguir...

2. Começarei por esboçar um retrato psicológico de Alexandre Herculano e por apontar os momentos mais significativos da sua biografia espiritual. É que nas ideias de um autor não há apenas que atender às conexões teóricas, mas também, para melhor lhes apreender o sentido, às suas raízes existenciais.

3. Servir-me-ei, antes de mais, de dois passos do trecho em que Herculano fala de si e da sua vida. Estão no texto em francês “Mouzinho da Silveira ou La Révolution Portugaise – 1856”¹, no qual,

¹ *Opúsculos*, t. II, Lisboa, 1908, 4ª ed. Bertrand, págs. 180, 81.

diga-se de passagem, o escritor nos brinda com a leveza de estilo e a ironia em que também foi mestre.

«L'histoire du roi Jean VI finit comme finissent toutes les biographies: par la mort. Les libéraux en furent désolés. Je n'étais alors qu'un enfant mais je regarde encore bien vif le souvenir de cet événement. Mon père, libéral de vieille roche, ma mère, mon aïeule, toute la famille pleurait à chaudes larmes: je pleurais aussi, car j'étais né un peu poète et j'avais l'instinct de l'harmonie». Como se vê, havia no seu ambiente familiar, ao lado de arraigados sentimentos liberais, uma forte ligação afectiva à monarquia e à pessoa do rei. Aliás, como também com humor diz na mesma obra, D. João VI, com o seu bom senso e sentido prático, conseguiu que os liberais o vissem como perfeito monarca constitucional; as questões teóricas da conciliação da soberania popular com a soberania que os reis receberiam directamente de Deus não o preocupavam muito; o que para ele contava era o amor que tinha aos súbditos, amor que eles lhe retribuíam sem reservas; e nos comentários jocosos que faz à fealdade e à deselegância do rei, assim como à avareza que lhe atribui, transparece mais, a meu ver, uma irreverência cordial do que antipatia e pouco apreço². Esta ligação afectiva à família real experimentou-a decerto Herculano com a maior intensidade aquando do prematuro falecimento de D. Pedro V, pois o seu trágico fim o levou a declarar que o sentia como se tivesse perdido um filho. Anote-se que Herculano, em vários passos dos seus escritos, defende a tese de que é o regime monárquico que mais convém a Portugal assim como aos demais países de forte tradição católica. Na carta que escreveu a Oliveira Martins, em 10 de Dezembro de 1870, generaliza ainda mais a sua convicção dizendo: «morro sem acreditar que as instituições democráticas republicanas convenham à velha Europa».

4. Também as convicções liberais que herdou cedo lhe moldaram a sensibilidade e lhe nortearam as ideias políticas. Desde sempre repudiou o absolutismo régio e o jacobinismo radical e revolucionário, apostado em instaurar, com o apoio despótico das maiorias, uma igualdade que considerava utópica. E pugnou por um regime em que se não ficasse na afirmação de princípios e boas intenções, mas de forma efectiva fosse garantida a liberdade civil.

² *Idem*, pág. 178 e segs.

5. Alguns comentadores (Fernando Catroga, “Ética e Sociocracia – o exemplo de Herculano na Geração de 70”, *Studium Generale*, nº 4, Porto, pág. 9 a 69) têm por comprovada a breve militância miguelista de Herculano (1827-28) acolhendo a acusação de alguns autores seus contemporâneos, designadamente, de Teófilo Braga. Houve mesmo quem dissesse que a emblemática cicatriz que lhe acentua a austeridade do rosto teria resultado de uma briga em que então se teria envolvido.

Não comungo de tal opinião. Herculano foi, sem dúvida, um homem enérgico e corajoso, que deu boas provas, como combatente, debaixo de fogo, e que não hesitava em recorrer à luta física quando tal se justificasse; além do que havia no miguelismo, a par do seu fundamento legitimista, o culto do velho Portugal que ele também amava. Mas isso não justificaria, a meu ver, uma traição aos princípios liberais, tão presentes na sua formação. E na hipótese mesmo de que tal militância tivesse ocorrido, não se compreenderia como, homem coerente e de recta consciência, ele a tivesse minimizado e silenciado. Por certo que Herculano era impulsivo e tinha uma costela de aventureiro, como logo em 1831 sobejamente o demonstrou ao participar na abortada conjura do Regimento nº4 de Infantaria, que o levou ao exílio. Mas de nenhuma forma era um irresponsável que levemente arriscasse a vida e compromettesse o futuro.

6. Outra referência a levar em conta é aquela em que Alexandre Herculano se define como “burguês dos quatro costados, liberal ferrenho e proprietário, ainda que pequeno”³. Com esta afirmação de burguês sem mistura adequam-se muitas características da sua personalidade, da sua vida e das suas ideias, mas algumas outras, de grande importância, se lhe contrapõem. Compaginava-se com a valorização da classe média que era para ele o estrato mais dinâmico e virtuoso das sociedades modernas, opondo-se quer à grande nobreza e ao alto clero, cujos privilégios desde logo via com expressão de prepotência, quer à plebe que tinha por inculta, invejosa e de maus instintos⁴. Essa primazia advinha-lhe precisamente das virtudes que possuía em exclusivo e elevado grau:

³ Carta de Herculano a Oliveira Martins datada de 25 de Dezembro de 1872.

⁴ Herculano distinguia entre plebe e povo. “Para mim o povo é algo de grave, de inteligente, de laborioso, são os que possuem e que trabalham”, *Opúsculos citados*, pág. 193.

amor ao trabalho, iniciativa, eficácia, gosto pelas actividades produtoras de riqueza, apetência cultural...

Deverá notar-se ainda que os “quatro costados” da assumida burguesia de Alexandre Herculano não correspondiam à realidade sociológica. O tipo humano chamado de burguês é polifacetado. E se a burguesia no sentido mais amplo, coincidindo com a classe média, pode abranger os pequenos e médios proprietários rurais, funcionários e magistrados, assim como o baixo clero e as patentes intermédias das forças armadas, - já em termos mais precisos designa apenas os *empresários*, quer da indústria quer do comércio, e os que se dedicavam a profissões liberais. É nestes que a capacidade de iniciativa, de negociação, de planeamento, do mesmo modo que a competência técnica e o interesse em actualizar conhecimentos e informações lhes definem a mentalidade e lhes dirigem o olhar para um futuro aberto ao progresso.

Ora a tradição familiar de Herculano, centrada na figura paterna de modesto funcionário, não era pois burguesa em sentido forte. Quem sabe se não foi isto que o impediu mais tarde de ver o que havia de positivo e de *burguês* na política de fomento de Fontes Pereira de Melo.

7. Esclareça-se que a posição de Herculano quanto ao progresso técnico do país, designadamente quanto à construção do caminho de ferro e da sua ligação à Europa, era muito complexa. Tentarei resumi-la. A sua posição doutrinária de fundo era a seguinte: a subordinação do progresso técnico a padrões morais era condição sem a qual mais valeria que ele não se efectivasse. No que em particular se referia a Portugal, e atendendo ainda ao facto de ser uma nação pequena, e à generalizada tendência para aceitar sem crítica e imitar as ideias e modas que o comboio nos traria diariamente de além-Pirineus, entendia que assim ficaria em grande risco a nossa cultura e o nosso modo de ser. Só gradualmente, e com um maior conhecimento e uma mais justa avaliação das nossas tradições, esse ampliado contacto com o que nos era estranho seria benéfico e não destrutivo.

No plano económico entendia que era prioritário o desenvolvimento da agricultura, e que seria apoiando-se nela que a industrialização devia operar-se. O recurso ao crédito externo, como acontecia com a construção da linha férrea, traria certamente, segundo pensava, prejuízos futuros.

8. Como se vê, o liberalismo de Herculano era um tanto reticente no domínio da vida económica e é de sublinhar que não reconhecia as vantagens que o crédito oferecia á realização de empreendimento produtivos. Mas essa reserva não o aproximou do socialismo, que energicamente condenou, por impôr uma igualdade utópica e contra-naturam, muito embora reconhecesse a justiça de algumas críticas que fazia à sociedade da época e prevenisse os responsáveis de que deveriam levá-las em conta.

Acresce que, a fazer fé nas constantes referências bucólicas da sua obra, e tendo em vista as suas actividades de pecuarista e agricultor, anteriores ao recolhimento na quinta de Vale de Lobos, se concluirá que nesse lisboeta nato, mais do que o gosto pela agitação citadina, próprio do autêntico burguês, havia uma íntima apetência pelo isolamento da vida campestre e um fundo ancestral de ruralidade que permanecia vivo⁵.

Dir-me-ão que esse amor à Natureza lhe poderia ter vindo do romantismo de que é acusado, mas essa é uma outra e delicada questão que deixo para daqui a pouco.

Interessa declarar antes que comungo da opinião dos que entendem que o recolhimento em Vale de Lobos não deve ser interpretado como uma renúncia à vida pública que a incompreensão, a inveja, a má fé, e os mesquinhos ataques pessoais tornavam, uma vez mais, inabitável para um homem de princípios e de carácter como ele era. Penso também, que Herculano, pelo contrário, soube reagir positivamente a esse clima malsão da vida cultural portuguesa, e que, em Vale de Lobos, continuou a desempenhar o papel público que mais se lhe afeiçoava: exercer um magistério intelectual e moral, fora e acima das correntes, dos grupos, e mesmo das instituições, excluindo-se de qualquer espécie de cumplicidade, inclusive daquelas que a aceitação de mercês e honrarias permitisse admitir.

⁵ Segundo V. Nemésio, ("Alexandre Herculano – Ciclo de Conferências Comemorativas do I Centenário da sua Morte, 1877-1977", Biblioteca Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, Porto, 1979, pág. 15 e segs.). Herculano, muito antes da ida para Vale de Lobos, dedicou-se à pecuária e à lavoura. Explorou uma vacaria em Lisboa, na Calçada do Galvão, tendo recorrido, para a modernizar, aos conselhos do Duque de Saldanha que, pelos vistos, era entendido na matéria. E dedicou-se algum tempo, à agricultura, em Calhariz da Arrábida, no Concelho de Sesimbra.

9. Mas voltemos ao romantismo. Esta palavra designa também uma noção complexa e deve ser usada com cuidado. Começemos pelas ambíguas relações que tem com a burguesia. Tal como, de passagem, já dei a entender, é no burguês típico que melhor se espelha, em termos sociológicos, a figura político-jurídica do cidadão, do elemento constitutivo de todas as sociedades individualistas, ou seja, o traço característico do burguês é a valorização básica que faz de si mesmo e da sua liberdade. Esse é, sem dúvida, um traço comum ao romântico. Mas logo ele se divide: enquanto o burguês pretende actuar livremente no mundo circundante para nele conseguir uma posição de predominância material, o romântico valoriza, na vida íntima, os sentimentos e as paixões, e entende que apenas as altas aspirações humanas como beleza, a justiça, a independência, merecem os sacrifícios de um inteiro devotamento. E esta sua posição antiburguesa repercute-se por vários quadrantes: à prosa dos cuidados pragmáticos do presente, prefere a poesia do passado; aos acautelados planeamentos empresariais, prefere as incertezas, as esperanças e as utopias do futuro; ao contrário da eficácia que os burgueses cultivam e do poder que gostam de usar, aceitam os românticos as grandes fatalidades do destino, os amores impossíveis, as causas perdidas, com resignação e grandeza de alma, ou, pelo menos, com a consolação agri-doce, de quem supõe representar, no palco da vida, um admirável papel.

10. Também, no fundo e em boa lógica, o nacionalismo separa os burgueses dos românticos. As sociedades individualistas em que o burguês, como vimos, tão profundamente se inscreve, mais apontam para um ecumenismo democrático do que para os particularismos que separam os países. Por sua vez, o capital e o grande comércio, que valem para o burguês como o ar que respira, melhor se movem em espaços globais do que em áreas divididas por fronteiras. Em contra-partida, os românticos sentem-se substancialmente ligados à *alma* do seu povo.

À luz destes rápidos apontamentos estaremos, assim espero, em melhores condições para ver até que ponto, e de que modo, foi Alexandre Herculano um romântico.

11. No que respeita ao nacionalismo, foi-o, sem dúvida, embora com reservas quanto à forma como aliou tradição e progresso, que

é mais próxima, me parece, de uma posição burguesa, pois atribui às ciências sociais, como veremos a seguir, um papel bem mais próximo de uma visão iluminista do que romântica, dado que, dentro desta última perspectiva, o futuro da pátria mais seria visto como norteado pelo génio da raça ou por uma particular missão histórica, do que pelo conhecimento científico da sociedade, então incipiente e de pendor positivista. São suas, a propósito, estas palavras, segundo as quais, cada nação deverá: «estudar as suas origens, os seus costumes, os seus hábitos, as suas instituições civis, as suas condições económicas, as suas tradições e modificar tudo isso, mas modificar somente pelas verdades adquiridas pelas ciências sociais»⁶. Anote-se contudo, entre parêntesis, que Herculano, embora subscreva, quanto ao progresso, esta posição iluminista, nem por isso defende um voluntarismo que, embora apoiado na razão, seja alheio às perspectivas culturais vigentes em determinada época. Diz a propósito: “Este é o fado de todas as instituições contraditórias com as ideias e os princípios capitais de qualquer século. São cadáveres em que a força legal opera os fenómenos que produz a pilha voltaica”⁷.

E sublinhando o valor que atribui à tradição acrescenta: “É o berço que marca o carácter de cada nação; gostaria que a liberdade moderna se ligasse à liberdade antiga”. Lamentando o pouco que houve de positivo na ditadura de D. Pedro IV, sem deixar contudo de sublinhar a decisiva importância do que, na sociedade portuguesa de então, precisava de ser e foi demolido para abrir espaço à nova ordem liberal, acreditava Herculano que Mouzinho da Silveira, se tivesse permanecido no poder por mais algum tempo, teria talento bastante para chegar à conclusão de que: “Não é com imitações bastardas das instituições e leis estrangeiras que se conseguirá revigorar este povo chamado à vida”⁸.

12. Tentemos agora determinar as raízes existenciais da sua obra. Diz Herculano que foram as suas “propensões literárias” que o levaram aos estudos históricos⁹. Mas esta sua confissão suscita alguns

⁶ *Opúsculos*, C.VII, ed. citada, pág. 215.

⁷ *A Voz do Profeta*, Lisboa, 1837, C. J. da Silva, pág. 131.

⁸ *Opúsculos*, C. VII, ed. citada, pág. 215.

⁹ *História da Origem e do Estabelecimento da inquisição em Portugal*, Lisboa, 1987, Círculo de Leitores, pág. 8.

comentários. Anotar, desde já, que não existe qualquer vínculo intrínseco entre a vocação de literato e a de historiador, (se não é mesmo que as duas tendências se contrariam) pelo que teremos de concluir que esta se terá manifestado, autonomamente, mais cedo, conforme o parece confirmar a matrícula na cadeira de Diplomática ministrada na Torres do Tombo. Mas, originária ou não, decerto que a investigação histórica lhe ia a caracter e lhe permitiu pôr a render muitas das qualidade que possuía: a disponibilidade para um trabalho minucioso e paciente, o gosto da erudição, a exigência de uma veracidade isenta, a predisposição para obedecer a uma normatividade tida por indiscutível (no caso, uma normatividade metodológica).

13. Virá a propósito, referir ainda que muito brevemente, a controvérsia travada entre Herculano e Oliveira Martins quanto à metodologia da História. Ao observar que tudo o que realmente acontece tem uma causa e que os sucessos só parecem fortuitos porque se ignora aquilo que os determinou, tem Herculano inteira razão, segundo penso. Não obstante, deverá anotar-se que, sobretudo no plano da realidade histórica, a maioria das causas não são naturais mas humanas. E se, quanto às primeiras, se poderá metodologicamente admitir um seguro conhecimento, integrando-as num sistema de leis permanentes e universais, já, quanto às segundas, esse conhecimento seguro não é possível, pois o comportamento livre dos homens é, como tal, imprevisível.

Quando muito se poderá estabelecer um sistema normativo à luz do qual esse comportamento livre se objectivaria do modo mais eficaz e perfeito. (Para Herculano, o valor que daria as acções humanas a máxima consistência ontológica era a liberdade). O historiador não faz contudo esta discriminação, pelo que admitiu que, uma vez obtido um conhecimento exaustivo do passado, seria possível determinar *a posteriori* uma filosofia da história, ou seja, um sistema de leis a que a concreta causalidade histórica se submeteria. Assim sendo, e muito embora Herculano observasse, com razão, que a análise deve preceder a síntese, e que esta é fantasista quando não tem apoio nos factos, a verdade é que, como Oliveira Martins argumenta, (ainda que um tanto fora do contexto das suas posições na matéria) não é necessário observar *todos* os factos para que seja possível descobrir, nas suas relações, uma determinada estrutura que seria legítimo generalizar, até prova em contrário.

Mais afeiçoado ainda à sua maneira de ser, do que a vocação histórica, só o magistério intelectual e moral que, como publicista, as suas convicções de consciência lhe impunham.

14. Quanto à vocação literária, e recorrendo muito embora o risco de se pensar que exagero, tenho para mim que, por muito propícias que as musas lhe quisessem ser, o feitio de Herculano não as teria deixado ir muito longe... Com efeito, a figura do poeta, sobretudo a de poeta romântico, não se lhe quadrava: nunca defendeu a arte pela arte (muito ao contrário) e, por consequência, jamais admitiu a independência dos valores estéticos; tão pouco aceitou que a paixão amorosa justificasse riscos e sacrifícios; sirva, para prová-lo, o seu casamento tardio com uma senhora que já amava na juventude, mas a qual então se não ligou, por serem precárias as suas condições económicas; nem entendeu que a vida imaginária valesse mais do que a vida real, pois era, a seu ver, nas durezas do dia-a-dia que poderiam praticar-se as virtudes morais e fazer imperar um sensato e pragmático racionalismo.

Em compensação, foi um admirável artista da palavra, capaz de expressar em prosa as sublimidades da poesia, o que em especial se verificou na *Voz do Profeta*. Aliás, se recordarmos as palavras tão lúcidas com que Moniz Barreto caracteriza o seu universo poético, nos daremos conta de que, com efeito, ele consiste apenas num “lirismo vigoroso e limitado, inspirado pelas ideias de um Deus forte e justo e de um eu livre e responsável”¹⁰.

Da sua prosa, só a dos romances históricos envelheceu um tanto e hoje nos parece, por vezes, empolada e convencional, mais interessada em reconstruir a letra do que em ressuscitar o espírito do universo expressivo da época. Todos os restantes escritos, muito em particular os ensaios, crónicas, polémicas e cartas, conservam toda a força e beleza e permanecem modelos de bom português.

¹⁰ Vasco Graça Moura (*Herculano Poeta*, “Herculano e a sua Obra – Ciclo de Conferências promovidas pelo Instituto Cultural do Porto, no Centenário da Morte de Alexandre Herculano, com o patrocínio e na sede da Fundação Eng^o António de Almeida”, Porto, 1978, p. 50), colocado, ao que me parece, na perspectiva da história da poesia portuguesa, e atento ao que em toda a poesia também há de artesanal, - entende que em Herculano se cruzaram os nossos mais importantes movimentos poéticos, e que saíram da sua pena “alguns dos mais belos versos que entre nós se escreveram no séc. XIX”.

15. Posta esta introdução, que infelizmente não consegui mais breve, mas me parece indispensável para podermos olhar, a partir de dentro, a personalidade de Herculano, e em função dela melhor compreender a sua obra, vejamos agora, mais rapidamente ainda, porque o tempo urge, as suas posições filosóficas, religiosas e políticas.

16. Quanto ao primeiro ponto, pouco ou nada há assinalar. Nunca as exigências problematizadoras e de radical fundamentação gnósica estiveram no centro das suas reflexões; e os conhecimentos que tinha da História da Filosofia eram elementares. As referências feitas por Oliveira Martins ao seu kantismo, que aliás já vários comentadores justamente contestaram, não têm, na verdade, qualquer fundamento.

Alexandre Herculano foi mais um homem de convicções do que de dúvidas. No lugar da interrogação filosófica, pôs a afirmação dos seus princípios.

Na raiz de todo o seu pensamento e acção estava o ideal de um progresso histórico orientado pelas ciências humanas, mas subordinado à realidade substantiva que era, para ele, a consciência pessoal, designadamente, à liberdade responsável que lhe é própria. Mais entendia que tanto a sociedade como os indivíduos deviam ter, como última meta, a felicidade de todos e de cada um.

É de justiça reconhecer, todavia que sobejavam a Herculano capacidades teorizadoras e especulativas, assim como exigências de isenção crítica e de amor pela verdade próprias do espírito filosófico. Por isso se compreende que Antero tivesse lamentado não haver, no seu espólio literário, o esboço de um sistema de ideias. Acontece porém, e é de presumir que isso não tenha sido levado em conta por Antero, que é a permanente dúvida metódica e a sempre renovada problematização que distingue aqueles para quem o filosofar é uma imperiosa vocação. E este único caminho para a Filosofia, Herculano não o percorreu.

17. Tentemos caracterizar agora a sua religiosidade. Herculano recebeu, tal como a esmagadora maioria dos portugueses da época, uma formação católica. E nunca perdeu a fé em Deus nem duvidou da divindade de Cristo.

Mas desde cedo assumiu uma posição muito crítica em relação à Igreja institucional e ao clero, especial e designadamente em relação à Companhia de Jesus. Entendia que, na Igreja, a autoridade

deveria apoiar-se em última análise, nos concílios, e que os de Constança e Basileia foram os últimos “sinceros e livres”, tendo-se neles gorado a esperança de uma reforma que tardava, e ficado por isso aberta a possibilidade da “revolução de Lutero”. A seu ver, no concílio de Trento, a “Igreja absorveu o absolutismo político”.

Todas estas posições entroncavam na convicção básica de que o corpo doutrinário do Catolicismo é imutável¹¹. Por isso se insurgiu contra a proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria e da infalibilidade papal. Acresce que não acreditava em milagres e minimizava a acção dos sacramentos.

Estas reservas não o impediram de reconhecer grandes méritos ao catolicismo tradicional, designadamente à sua benéfica acção ao longo da História. Em resposta a carta que Antero de Quental lhe escrevera aquando do encerramento das “Conferências de Casino”, diz textualmente: «Quisera eu que o senhor Antero do Quental conhecesse melhor a doutrina e a tradição verdadeiramente católicas, porque haveria de ser menos injusto»¹². E mais adiante, no mesmo texto: «Cuidando aportarem a praias ignotas, os publicistas mais de uma vez têm plantado padrões de descobrimento em regiões onde, ocultos pelos musgos e pelas sarças, os padrões da cruz estão plantados há mais de mil e oitocentos anos»¹³. E, olhando para o futuro diz, noutro passo da sua obra, que Liberalismo e Catolicismo são dois irmãos que devem reconciliar-se.

18. Vejamos de seguida como se figurava o seu catolicismo relativamente às questões em aberto na vida social e política da época. Teoricamente, a mais complexa era a que derivava do facto de a Carta Constitucional considerar o Catolicismo como religião do Estado. Ouçamos que a propósito nos diz: «Racionalmente, a instituição de uma religião do Estado num país livre não pode significar senão uma homenagem à crença da grande maioria dos cidadãos, homenagem representada pela manutenção do sacerdócio e do culto a expensas do Estado, e pelo singular privilégio de ser este culto o único público e pelas demonstrações de respeito para com a religião da sociedade que se exigem de todos os cidadãos. Ao lado disto, num país livre, não pode deixar de ser escrupulosamente mantida a plena liberdade de consciência, e removida a mistura entre

¹¹ *A Voz do Profeta*, ed. citada, pág. 286.

¹² *Idem*, pág. 256.

¹³ *Idem*, págs. 260, 1.

actos religiosos e civis (...) na medida em que se atribui à religião uma dimensão política, esta terá que se submeter a regras de controlo e alteração, tal como as normas puramente políticas¹⁴. O segundo ponto a ter em conta, relacionado aliás com a questão anterior, consiste no seguinte: o catolicismo reconhecido pela Carta foi entretanto ilegitimamente modificado, conforme pensava. E, por via disso, e na medida em que a Igreja então executava alguns serviços públicos, uma vontade exterior, (a do Papa) poderia substituir-se ao poder político nacional. Por outro lado, no que respeitava à educação e à assistência, a vinda de congregações religiosas estrangeiras, imbuídas de um novo espírito, que a constituição legal do país e as suas tradições não acolhiam, punha em perigo, a seu ver, o intrínseco aperfeiçoamento da mentalidade e das instituições portuguesas, pelo que não devia ser permitida.

19. Consideremos para finalizar, as posições políticas de Alexandre Herculano. Começemos pelo princípio, pela liberdade. Entendia ele – e bem – que esta, olhada em termos existenciais e sociológicos, ultrapassava o plano da política, onde estava aliás sujeita a sofrer graves prejuízos. Isso poderia verificar-se logo quanto à expressão política da mesma liberdade, pois, como justamente observa, o poder eleitoral é uma arma de dois gumes, que tanto permite que o cidadão se “sirva a si e aos seus filhos”, como permite que em vez de servido seja espoliado. Adverte ainda que é preciso impedir que o país real seja preterido em favor do país “inventado nas secretárias”¹⁵.

Para bem usar o poder eleitoral e dar vida política ao país autêntico propõe Herculano algumas medidas. Antes de mais que as eleições sejam “de campanário”, como diz, assim possibilitando o mútuo conhecimento e uma verdadeira aliança entre representantes e representados¹⁶.

¹⁴ *Idem*, pág. 271.

¹⁵ *Oupúculos*, I, II, ed, citada, pág. 229. «É preciso que o país da realidade, o país dos casais, das aldeias, das vilas, das cidades, das províncias, acabe com o país nominal inventado nas secretárias, nos quartéis, nos partidos, nos clubes, nos jornais, e constituído pelas diversas camadas de funcionalismo que é, e do funcionalismo que quer e há-de ser»...

¹⁶ «Nenhum círculo eleitoral deve escolher para seu representante indivíduo que lhe não pertença; que por longa experiência não tenha conhecido as suas necessidades e misérias, os seus recursos e esperanças, que não tenham com os que os elegeram comunidades de interesse». *Idem*, pág. 220.

Chama depois a atenção para o facto de os partidos políticos se oporem, por natureza, a essa como a quaisquer outras descentralizações, o que lhe parece particularmente grave pois considera que, na altura, a sua existência é inevitável¹⁷.

E depois de verberar a centralização inevitavelmente praticada pelos partidos, a que atribui um absolutismo hipócrita, disfarçado de liberdade, tranquiliza os leitores quanto aos hipotéticos perigos da descentralização, distinguindo-a da desagregação e garantindo que o governo central, circunscrito embora à actuação que lhe é própria, continuará a ter, como é conveniente, uma acção poderosa na administração pública¹⁸.

20. Vejamos, para concluir, como é que Herculano aplicou estes princípios à conjuntura política da época.

Como facilmente se compreenderá, o seu grande objectivo era conciliar a Constituição de 1820 com a Carta Constitucional. Reconhece que a soberania popular “consagra a doutrina democrática” e “dá à liberdade novos fundamentos políticos”, mas previne que ela pode levar à tirania e a uma igualização utópica. Será por isso muito conveniente, como bem observa, que ela se conjugue com o poder real, que não depende do voto mas se legitima por estar inscrito na tradição do país e ter guardada no coração do povo. Para que tal aliança se operasse, não era necessário recorrer a uma revolução, como o fizeram os setembristas, mas reconhecer, sensatamente, que as disposições da Carta não eram intocáveis, mas estavam abertas a um aperfeiçoamento.

21. O exposto leva a concluir que Alexandre Herculano foi de uma coerência exemplar. E isso não apenas no que tange à inteira correspondência entre as convicções e a vida, de que é paradigma a

¹⁷ Diz Herculano que, sejam quais forem as nossas “aspirações, “teorias” e “sonhos”, quanto ao futuro, a verdade é que «vivemos no presente, e se não nos abstermos da política, enfileiramos nos partidos, às vezes sem o querermos, sem o sabermos». *Idem*, pág. 232.

¹⁸ «Não receeis que a descentralização seja a desagregação. O governo central há-de e deve ter sempre uma acção poderosa na administração pública». Quanto aos limites dessa acção entendia que eles são aqueles que a «razão pública e as demonstrações da experiência provam que são a sua acção inevitável». *Idem*, pág. 230.

figura do português de lei “de antes quebrar que torcer”. Mas também no plano dos princípios, entre si harmônicos, e das lógicas consequências que deles soube tirar.

22. Em desabono desta minha conclusão, deverá referir-se que Jacinto Prado Coelho defendeu a tese de que Herculano tinha uma personalidade dividida entre o aventureiro e o homem de gabinete, e que, contra a vida habitual deste último, por ele seguida depois do regresso do exílio, deixou, uma confissão emotiva que transcreveu e a seguir reproduzimos: «Tenho, passados vinte anos, que deveriam ter sido os mais agitados e os mais belos da minha vida, amarrado à monotonia de ocupações puramente literárias, repetindo por milhares de dias os mesmos actos vendo quase sempre o nascer o pôr do sol por detrás das mesmas colinas, dormindo no mesmo leito, vagueando à tarde pelos mesmos campos, seguindo as mesmas ideias, dilatando o coração nos mesmo afectos, e fundindo numa recordação única, uniforme, pálida, todas as memórias de tão longo período» (“Herculano Poeta – uma imagem em negativo”, “Alexandre Herculano – Ciclo de Conferências Comemorativas do I Centenário da sua Morte – 1877-1977”, Porto, 1979, pág. 100).

Penso que será exagerado tirar grandes consequência desse conflito, e que ele de nenhuma forma terá quebrado a unidade da vida íntima do escritor. Julgo que afinal se terá passado com Herculano, embora de modo mais agudo do que aquilo que é comum, o que é próprio da estrutura existencial de todos os mortais. Todos nós, à medida que os anos passam, vamos consolidando uma história pessoal que vai deixando de lado, irremediavelmente, outros caminhos possíveis, quiçá mais desejáveis do que aqueles por onde vamos seguindo, e ao qual nos sentimos presos por força de lances do destino ou de opções a que não podemos renunciar, a não ser quebrando de golpe todos os laços que nos amarram à comprometida vida habitual, como fez Gauguin, que, de um dia para outro, tudo abandonou e partiu para os mares do Sul, levando apenas consigo a sua vocação e o seu talento de pintor. Mas nem todos vivem esse drama íntimo de forma radical, ou têm a coragem, ou a loucura, para tudo deixar, rumo ao desconhecido. A maioria limita-se a sonhar com essas vidas marginais que não chegaram a acontecer.

Esta bi-polaridade aventura-rotina, tal como essa outra vivência ontológica que a nossa temporalidade irreversível nos impõe – a

saudade – parecem ser, particularmente intensas nos portugueses, como Gilberto Freire lucidamente observou.

Será pois mais certo interpretar o texto de Herculano acima transcrito e outros do mesmo teor, como o periódico desabafo de quem na rotina, mesmo na rotina mais aprazível e rica, se sente dela prisioneiro, do mesmo modo que, no meio dos estimulantes e imprevisto episódios da aventura, também por vezes se sente a falta da segurança e dos tranquilos agrados da vida habitual.

Eduardo Abranches de Soveral

